



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Quando é que vai ser alterada a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”?

Ao longo dos anos, o trabalho ilegal e o exercício de funções diferentes das autorizadas têm afectado os direitos e interesses dos trabalhadores locais e originado muitos problemas sociais. No passado, registaram-se casos de trabalho ilegal, que constituíram uma lacuna na prevenção da epidemia, pois muitas associações criminosas aproveitaram-se das pessoas que ficaram retidas em Macau e que, devido ao impacto da epidemia, não viram os seus contratos renovados, e contrataram-nas ilegalmente para a prática de actividades criminosas, criando riscos para a segurança. O Governo deve adoptar políticas para reforçar os efeitos dissuasores e o combate ao trabalho ilegal.

Apesar das acções de combate levadas a cabo pelo Governo, os números mostram que as ilegalidades continuam. Segundo muitos trabalhadores, o problema do trabalho ilegal continua por resolver, por exemplo, no sector da construção civil, existem muitas situações de trabalho ilegal, o que afecta gravemente as oportunidades de emprego dos residentes. Aliás, o problema do trabalho ilegal afecta ainda mais o mercado de emprego. O Governo precisa de adoptar medidas para criar postos de trabalho e apoiar os desempregados na procura de emprego, e deve ainda reforçar o combate ao trabalho ilegal, assegurando assim o emprego dos trabalhadores locais.

Aquando do debate das Linhas de Acção Governativa para 2023 da área da Economia e Finanças, questionei o Governo, solicitei que, para além de reforçar o combate aos trabalhadores ilegais, apresentasse o ponto de situação da revisão da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Lei da contratação de trabalhadores não residentes e a respectiva calendarização. No entanto, o Governo limitou-se a responder que ia reforçar a cooperação com a Secretaria para a Segurança, no sentido de melhorar os trabalhos de combate ao trabalho ilegal, sem adiantar pormenores sobre a revisão da lei.

De facto, em 2019, numa sessão de proposta de debate, o Governo afirmou que já tinha iniciado a revisão das normas sancionatórias da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, incluindo o aumento do limite máximo das multas e a criação de normas para a reincidência, com vista a aumentar os efeitos dissuasores da lei. Na altura, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) iniciou o estudo sobre a revisão da lei, e em comparação com as leis dos países vizinhos, procedeu-se ao estudo sobre o aumento das sanções administrativas, prevendo-se a conclusão da elaboração do respectivo texto no 3.º trimestre de 2019.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Qual é o ponto de situação dessa revisão? Existe alguma calendarização para essa revisão?
2. Devido à gravidade do problema do comércio paralelo durante a epidemia, tem sido frequente a aplicação das leis respectivas. Aquando da futura revisão da lei, vão ser reforçadas as sanções para os trabalhadores não residentes que praticam essas actividades?

25 de Novembro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam Lon Wai